

OLIVEIRA, KLEBER F; FUSCO, WILSON; LYRA, MARIA REJANE; CUNHA, JOSÉ MARCOS PINTO DA. "As metrópoles nordestinas no processo migratório nacional: tendências e articulações espaciais", p.83-112. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015. <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-ojimafusco-07>

# 4

# CAPÍTULO

## AS METRÓPOLES NORDESTINAS NO PROCESSO MIGRATÓRIO NACIONAL: TENDÊNCIAS E ARTICULAÇÕES ESPACIAIS<sup>1</sup>

Kleber F. Oliveira, Wilson Fusco, Maria Rejane Lyra e José Marcos Pinto da Cunha

Para compreender a dinâmica migratória nordestina é necessário estabelecer o ambiente em que essa dinâmica se desenvolve. Pode-se dizer que essa região brasileira seja *locus* privilegiado dos estudos migratórios não apenas por envolver parte substancial dos migrantes brasileiros, mas por ambientar mudanças na atividade econômica, na estrutura populacional e na composição da renda. Por outro lado, conserva características como elevada concentração de terras, predomínio de pastos e fragilidade produtiva. Desta forma, o Nordeste de hoje não mais assiste a migrações de flagelados

---

1 Trabalho originalmente apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP, Brasil, de 20 a 24 de novembro de 2012.

da seca, embora persista a ineficiência em fazer frente a tal fenômeno. Para os que persistem em viver nessas áreas, os programas sociais de transferência de renda aliviam a penúria e, de certa forma, desmotivam a migração.

A emigração nordestina mantém o Sudeste como destino quase exclusivo, principalmente depois do progressivo fechamento das fronteiras agrícolas, mas internamente crescem as trocas migratórias principalmente para nas áreas não metropolitanas. O Nordeste das secas vai se transformando em uma região de grande potencial de desenvolvimento, aliado às melhorias na renda, educação e de crescimento no emprego. Entretanto, persistem o atraso do meio rural, sobretudo a concentração de terra e o predomínio dos pastos. No Interior nordestino, a profunda heterogeneidade regional, seja econômica, ou mesmo de atenção das políticas públicas e investimentos privados, estão relacionados com a dinâmica migratória interna.

No âmbito da migração, torna-se necessário compreender o ambiente complexo e ainda pouco nítido em que esses fluxos se originam, movimentam-se e se transformam. Emigrar, retornar e reemigrar são movimentos quase idiossincráticos dos nordestinos e iniciar uma discussão sobre eles e os principais achados a partir do Censo Demográfico 2010 é o principal objetivo deste artigo.

Para tanto, divide-se em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na parte 1, trata do crescimento populacional e das trocas migratórias que o Nordeste executa com as demais regiões brasileiras. Em seguida, mostra que paralelamente ao incremento na atividade econômica, principalmente via mercado de trabalho e programas sociais dos últimos anos, persistem fatores expulsivos estruturais, como atômidade das propriedades agrícolas, concentração de terras e quase nulo acesso a irrigação e capacitação técnica. Ainda neste tópico, mostra que esses fatores devem ser elencados para explicar a migração de retorno à região, bem como a migração dentro de cada UF nordestina.

Finaliza levantando pontos de pesquisa a serem desenvolvidos tanto pela relevância teórica quanto o para o balizamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

## **O AMBIENTE DA MIGRAÇÃO NORDESTINA**

Em que pese os resultados do Censo Demográfico 2000 já apontarem a existência de um processo de ruptura no padrão histórico da migração inter-regional, caracterizado principalmente pelo aumento da migração de

retorno ao Nordeste e pela redução dos fluxos Nordeste-Sudeste (Hakkert & Martine, 2007), bem como as novas direções, a intensificação ou arrefecimento de certas modalidades migratórias (Cunha & Baeninger, 2005), a dinâmica migratória nordestina é ainda impulsionada pelos mesmos elementos.

O Nordeste que logrou desenvolver a atividade extrativa-mineral, a produção animal e diversificar as áreas irrigadas de soja, frutas e legumes (Cano, 1998), ainda padece com a atonicidade das unidades produtivas resultante da profunda concentração de terras, privilegia o pasto em detrimento da lavoura; carece de irrigação, de orientação técnica e de crédito. O Nordeste metropolitano que concentra a renda, população e contextos favoráveis de mercado de trabalho, convive com o interior de economia debilitada, movida à base de aposentadorias e programas sociais de transferências de renda.

### ***Estrutura fundiária e uso da terra***

A estrutura fundiária nordestina e o uso da terra são dois elementos centrais no processo de desenvolvimento regional, portanto, influente na migração (fundamental com Singer, 1983). A atual desigualdade de acesso aos meios de produção, aqui abordada pela distribuição das terras, mantém atual a descrição de Andrade (1964), sobre o Nordeste do gado, cana e latifúndio. Observe-se na tabela 1 que, em 2006, quase 66% das propriedades ocupavam 5% da área em estabelecimentos, enquanto que menos de 0,5% ocupava cerca de 30% da área.

Tabela 1— Distribuição dos estabelecimentos segundo área - Nordeste, 1995 e 2006

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECEMENTOS (%)		ÁREA OCUPADA (%)	
	1995	2006	1995	2006
MENOS DE 10 HA	68,0	65,9	5,2	5,0
10 A MENOS DE 100 HA	26,2	28,6	24,6	26,6
100 A MENOS DE 1000 HA	5,4	5,1	40,2	37,9
1000 HA E MAIS	0,4	0,4	30,0	30,5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995 e 2006

O uso da terra no Nordeste parece ainda privilegiar o pasto em detrimento da agricultura. Os reflexos desse processo são, de acordo com

Andrade (1964), perniciosos ao emprego no meio rural necessitar de pouca mão-de-obra. Por outro lado, o tipo de lavoura pode ainda tornar mais instável a vida no Nordeste, seja pelo nível da remuneração, pelo grau de rotatividade ou ainda pela baixíssima possibilidade de cobertura legal. Note então, na tabela 2, que lavoura ocupava, em 2006, cerca de 21% das terras e que desse total quase 77% era de lavoura temporária. Já os pastos, ocupavam o dobro da área em lavouras, quase 43%, e se somadas às matas e florestas representavam quase 80% das terras em estabelecimentos.

**Tabela 2** – Uso das terras nos estabelecimentos agrícolas, uso de irrigação e acesso a orientação técnica no Nordeste, 1995 e 2006 (%)

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (HA)	USO DA TERRA (%)	
	1995	2006
<b>Lavoura</b>	<b>16,63</b>	<b>21,19</b>
Permanente	25,61	23,16
Temporária	74,39	76,84
<b>Pastagens</b>	<b>51,57</b>	<b>42,68</b>
Naturais	62,28	52,43
Plantadas	37,72	47,57
<b>Matas e Florestas</b>	<b>31,80</b>	<b>36,13</b>
Naturais	18,53	21,69
Plantadas	0,37	0,36
<b>Irrigação</b>		
Ocasionalmente		13,56
Regularmente		12,66
Não recebeu		73,78
<b>Orientação técnica</b>		
Ocasionalmente		5,28
Regularmente		3,11
Não recebeu		91,62

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995 e 2006.

A escassez de chuva e os efeitos perversos das secas, associados com a baixa qualidade da terra e a reduzida produtividade agrícola no agreste e sertão representam ainda motivos importantes à migração. Esses elementos expulsivos e de persistência histórica (Coelho, 1985; Gomes, 2001; Villa, 2000) continuam incidentes no Nordeste. Observe-se ainda na tabela 2, que apenas 12% dos estabelecimentos usam irrigação regularmente, ou seja, que 88% dos estabelecimentos usam ocasionalmente (13,56%) ou não usam (73,79%). Na mesma direção, constata-se que quase 92% dos estabelecimentos não receberam orientação técnica, em 2006. O resultado evidente dessa condição é materializado nas péssimas condições de vida no interior, na falta de inserção no mercado de trabalho, na baixa integração da economia nordestina e no aprofundamento das relações de dependência e de compadrio que ainda maculam a vida no Nordeste (ANDRADE, 1964; CASTRO, 2007).

## ***Mercado de trabalho***

O foco no setor primário justifica-se aqui não apenas pelas raízes da formação econômica e social do Nordeste, mas também por ainda hoje empregar mais de 37% dos ocupados nas áreas não-metropolitanas. Nesse sentido, de acordo com a tabela 3, e admitindo poder particionar a região em duas grandes áreas<sup>2</sup>, pode-se verificar a existência de um Nordeste não-metropolitano fortemente baseado na atividade primária, ressentida da concentração de terra, do predomínio dos pastos e lavouras temporárias, carente de água e orientação técnica e com baixa produtividade. (Veja Anexos 1 e 2).

---

2 Trata-se do Nordeste metropolitano aqui composto pelas suas três regiões metropolitanas: Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA). Para os demais estados foram consideradas áreas de influências ou microrregiões das capitais: Região da Grande São Luis (MA), Região da Grande Teresina (PI), Região da Grande Natal (RN), Região da Grande João Pessoa (PB), Região da Grande Maceió (AL) e Região da Grande Aracaju (SE).

**Tabela 3** – Distribuição setorial dos empregados por grandes setores de atividade e renda média por áreas - Nordeste, 2000 e 2010 (Maio/2012=100)

SETOR DE ATIVIDADE	2000			
	NORDESTE NÃO-METROPOLITANO		NORDESTE METROPOLITANO	
	DISTRIBUIÇÃO (%)	RENDA MÉDIA	DISTRIBUIÇÃO (%)	RENDA MÉDIA
Agricultura, pecuária e silvicultura	45,5	353,28	3,4	719,47
Indústria	13,4	611,33	20,1	1.110,65
Comércio e serviços	21,8	875,51	42,6	1.364,32
Administração pública	12,2	791,03	19,7	1.773,42
Outros serviços	8,0	318,27	14,1	584,82
Total	100,0	599,26	100,0	1.265,31
SETOR DE ATIVIDADE	2010			
	NORDESTE NÃO-METROPOLITANO		NORDESTE METROPOLITANO	
	DISTRIBUIÇÃO (%)	RENDA MÉDIA	DISTRIBUIÇÃO (%)	RENDA MÉDIA
Agricultura, pecuária e silvicultura	37,3	407,07	3,9	679,72
Indústria	15,8	702,84	20,7	1.170,56
Comércio e serviços	24,2	889,88	42,7	1.313,94
Administração pública	14,9	1.103,87	20,3	2.181,60
Outros serviços	7,8	372,43	12,5	580,96
Total	100,0	729,75	100,0	1.356,78

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

\* Exclui os rendimentos nulos

O Nordeste metropolitano, por sua vez, com intensa participação do emprego nos setores de comércio e serviços (42,7%), seguidos pela indústria (20,7%) e administração pública (20,3%) exerce, decerto, influência no direcionamento dos fluxos originados do interior nordestino não apenas pela natureza do emprego, mas também por encontrar nas metrópoles um contexto mais favorável à mobilidade sócio-ocupacional.

O avanço dos empregos públicos no Nordeste foi impulsionado desde o início dos anos 1990, à base da Constituição de 1988, que conferiu maior autonomia financeira a estados e municípios para gerir e gastar recursos

públicos, bem como focalizar seus gastos na área social, habitação e urbanismo (AFONSO, 1994). Da mesma forma, Porsse & Soares (1999) apontaram a tendência de crescimento dos gastos públicos, principalmente em municípios com população inferior a 100 habitantes, nas funções de educação, planejamento, saúde e habitação. Merecem destaque, nesse sentido, os empregos municipais e estaduais temporários que, mesmo possuindo efeito positivo localmente, não deve encobrir o caráter temporário dessa relação de trabalho. Note, na tabela 3, o aumento relativo dos empregos públicos no Nordeste não-metropolitano, passando de 12,2% para 14,9%, do total de ocupados, enquanto que na área metropolitana, manteve-se entre 20%, entre 2000 e 2010.

Parte desse contexto mais favorável, acima aludido, está relacionada diretamente com os diferenciais de renda segundo atividade. Mesmo reconhecendo que o custo de vida em áreas metropolitanas seja mais elevado que no interior, chama atenção que a renda média total nas metrópoles seja o dobro daquela percebida nas outras áreas. No último ano, por exemplo, os empregados no setor primário do Nordeste metropolitano recebiam quase R\$ 680,00 enquanto que no interior essa renda era de R\$ 407,00. No setor de comércio e serviços, as rendas são R\$ 1.314,00 e R\$ 890,00, respectivamente. Na administração pública, a renda Nordeste metropolitano é R\$ 2.182,00 e no interior, R\$ 1.104,00.

Há que se destacar ainda no interior nordestino o processo de redistribuição dos ocupados a partir do setor primário para os demais setores. Observe que, entre 2000 e 2010, a mão-de-obra desocupada pelo setor primário parece ser absorvida em outras atividades, fato que pode estar relacionado com os efeitos positivos das rendas de transferência de renda, investimento em obras de infraestrutura e de extração mineral, bem como dos empregos públicos.

## ***Composição da renda domiciliar***

A análise da composição da massa de rendimentos domiciliares permite, desta forma, dimensionar a importância das rendas de transferências na dinâmica econômica regional. A importância das rendas de transferência em áreas de economia debilitada como no interior nordestino, motivou Maia Gomes (2001) afirmar o surgimento das “economias sem produção<sup>3</sup>”, ou

---

3 A economia sem produção seria formada por três elementos principais: Os aposentados, os funcionários públicos e as prefeituras. O autor esclarece que esse conceito deva ser aplicado,

seja, áreas de pouca renda e nenhum produto, sendo essas rendas originadas principalmente das aposentadorias, funcionários públicos e prefeituras. Observe-se, na tabela 4, que é justamente no Nordeste não metropolitano que as rendas de transferências aumentam sua participação tanto relativa, passando de 23% para 31% da renda domiciliar total, como absoluta, de R\$ 223,08 para R\$ 412,11, entre 2000 e 2010.

A renda do trabalho, por sua vez, teve reduzida sua participação relativa, caindo de 72,9% para 63,6%, nessa década, embora em valores reais passasse de R\$ 704,75 para R\$ 843,97, variação, aliás, inferior ao observado na renda de transferências.

**Tabela 4** – Composição da renda domiciliar total por fontes- Nordeste, 2000 e 2010 (Maio/2012=100)

FONTES DA RENDA DOMICILIAR	2000			
	NORDESTE NÃO-METROPOLITANO		NORDESTE METROPOLITANO	
	% DA RENDA DOMICILIAR	RENDA MÉDIA	% DA RENDA DOMICILIAR	RENDA MÉDIA
Trabalho	72,9	704,75	74,8	1.708,02
Transferências	23,1	223,08	20,9	478,02
Ativos	4,0	39,13	4,3	98,56
Total	100,0	966,97	100,0	2.284,60

FONTES DA RENDA DOMICILIAR	2010			
	NORDESTE NÃO-METROPOLITANO		NORDESTE METROPOLITANO	
	% DA RENDA DOMICILIAR	RENDA MÉDIA	% DA RENDA DOMICILIAR	RENDA MÉDIA
Trabalho	63,6	843,97	68,9	1.921,33
Transferências	31,0	412,11	20,8	578,92
Ativos	5,4	71,82	10,4	288,76
Total	100,0	1.327,89	100,0	2.789,01

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

\* Exclui os rendimentos nulos

a rigor apenas aos aposentados, dado seu rendimento consistir em transferência de renda e não exigir contrapartida contemporânea de prestação de serviços (MAIA GOMES, 2001).

Mas o que isso tem a ver com a migração? Quais os indícios de influência na dinâmica migratória? Um primeiro possível efeito a ser destacado é que se não houvesse a realocação do quantitativo da mão-de-obra, aparentemente originado do setor primário, para os demais setores, esses trabalhadores seriam incentivados a migrar para as áreas mais dinâmicas. Entretanto, observa-se que tanto a indústria extrativa, de construção, bem como o comércio e serviços podem ter agido de forma a desencorajar a migração, mesmo que persistindo os diferenciais de renda, conforme mostrado.

## **MIGRAÇÃO NORDESTINA: FLUXOS, ARTICULAÇÕES E RETORNO**

Os registros populacionais nas Grandes Regiões brasileiras nos últimos quatro censos deixam claro o processo de redistribuição interna no território nacional (Tabela 5). Observando as participações relativas de cada recorte, nota-se que somente as regiões Norte e Centro-Oeste cresceram, e a primeira aumentou de forma muito mais intensa que a última. Quanto às demais regiões, fica evidente a maior queda proporcional da Região Sul, que teve na última década a maior perda de participação, tanto entre os últimos períodos quanto entre as demais regiões no período mais recente. Mais interessante, no entanto, é ver que, apesar da Região Nordeste ter perdido participação na população nacional de forma mais pronunciada que a Região Sudeste no conjunto das últimas três décadas, a última década representa uma mudança neste ranking, de forma que o Nordeste passou a ser a região que menos perdeu participação dentre as “perdedoras”.

Da mesma forma, os dados sobre crescimento anual respeitam a correspondência com as participações relativas dos recortes, mas sintetiza as informações da redistribuição de forma particular. Na mesma Tabela 5 pode-se perceber o fantástico crescimento da Região Norte na década de 1980, fato derivado principalmente da imigração que foi lá registrada, mas também da mais alta taxa de fecundidade nacional. O Nordeste, neste período, teve uma taxa de crescimento médio ligeiramente abaixo da média nacional, diferente da década seguinte, quando teve o pior desempenho entre todas as regiões, em termos de crescimento. Mas, focando sobre o que nos interessa aqui, a Região Nordeste voltou a apresentar um crescimento importante na década de 2000, aproximando-se novamente da média nacional, e ficando a frente das regiões Sudeste e Sul na comparação entre taxas de crescimento médio anual.

Tabela 5 – Participação na população nacional e taxa de crescimento médio anual-Grandes Regiões do Brasil, 1980 a 2010

REGIÃO GEOGRÁFICA	PARTICIPAÇÃO EM % NA POPULAÇÃO TOTAL				TAXA DE CRESCIMENTO AO ANO		
	1980	1991	2000	2010	EM %		
					80/91	91/00	00/10
Norte	4,9	6,8	7,6	8,3	5,0	2,8	2,1
Nordeste	29,3	28,9	28,1	27,8	1,8	1,3	1,1
Sudeste	43,5	42,7	42,6	42,1	1,8	1,6	1,1
Sul	16,0	15,1	14,8	14,4	1,4	1,4	0,9
Centro-Oeste	6,3	6,4	6,9	7,4	2,0	2,4	1,9
Brasil	100	100	100	100	1,9	1,6	1,2
Total Nordeste	119.011.052	146.825.475	196.799.170	190.755.799			

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 1980 a 2010

## ***Fluxos migratórios e articulações espaciais***

Pelo que se viu sobre a participação relativa da população nordestina e sobre seu crescimento, as informações da Tabela 6 apontam para algumas questões a serem exploradas. De acordo com o resultado do Censo de 2010, a Região Nordeste foi a única a apresentar saldo migratório negativo para o período 2005-2010, para o qual são utilizadas as informações sobre migração data-fixa<sup>4</sup>. Não somente negativo, mas a medida foi bastante semelhante ao que foi verificado no Censo de 2000, a respeito do quinquênio 1995-2000. É importante ter em conta que, na década de 1990, o Nordeste cresceu a 1,30% ao ano, a menor taxa de crescimento dentre as regiões, e teve a maior queda na participação da população brasileira nas últimas décadas, fatos correspondentes ao grande saldo negativo apresentado. No entanto, quando se observa a mudança de desempenho quanto ao crescimento populacional, a mesma correspondência ao saldo migratório registrado não é tão evidente. A explicação para tal fato deve, inicialmente, indicar que a população nordestina de 2010 é 11% maior que a de 2000, o que reduz o peso do saldo negativo quando comparado à década anterior (o

4 Neste caso, não se contabilizam as pessoas com menos de 5 anos de idade.

saldo negativo correspondeu a 1,6% da população do Nordeste em 2000 e a 1,4% em 2010). Além disso, se for correto o pressuposto de que a dinâmica migratória apresentou resultados diferentes no decorrer do período, e se for considerada a hipótese de que houve menos imigração, principalmente de retornados, na segunda metade da década, a sobreposição das informações sobre crescimento populacional e saldo migratório para o Nordeste na década de 2000 pode ser bastante razoável.

**Tabela 6** – Volumes de imigração e emigração e saldos migratórios para as Grandes Regiões do Brasil, 1995-2000 e 2005-2010

REGIÃO GEOGRÁFICA	1995-2000			2005-2010		
	IMIGRANTES	EMIGRANTES	SALDO	IMIGRANTES	EMIGRANTES	SALDO
Norte	335.436	292.751	42.685	321.164	286.414	34.750
Nordeste	647.373	1.411.420	-764.047	624.302	1.361.916	-737.614
Sudeste	1.404.872	946.287	458.585	1.270.331	900.043	370.288
Sul	330.619	349.813	-19.194	372.151	297.525	74.626
Centro-Oeste	625.246	363.275	261.971	636.691	378.741	257.950

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2000 e 2010

Outros resultados da Tabela 6 também apresentam potencial conflito com os da Tabela 5, como o saldo positivo na Região Sul, ao mesmo tempo em que a mesma cresceu a 0,87% ao ano na década de 2000, o equivalente a 74% da taxa média que o Brasil apresentou no período (1,17% a.a.). Ainda que tenha a menor taxa de fecundidade do país, o fato do crescimento ter tido um ritmo inferior ao de qualquer outra região não corresponderia ao saldo migratório positivo observado no Sul. Mais coerente foi o saldo migratório da década anterior, o qual foi negativo, mas não muito expressivo, ao mesmo tempo em que registrou o segundo menor crescimento anual dentre as regiões. E esses mesmos questionamentos podem ser feitos para a Região Sudeste, dado que a contabilidade dos saldos regionais deve fechar em zero no território nacional. Entretanto, da mesma forma que na argumentação sobre a relação entre saldo migratório e crescimento populacional do Nordeste, mudanças nos volumes e direções dos fluxos migratórios ocorridas no decorrer dos anos da década de 2000 podem dar conta de diluir esse “conflito” entre os indicadores.

Os saldos migratórios das UFs da Região Nordeste estão exibidos na Tabela 7. Percebe-se certa estabilidade no desempenho dos estados quanto ao sinal do saldo, com exceção de Sergipe, que teve saldo negativo em 2000 e passou a positivo em 2010. Outras mudanças foram a importante diminuição em volume dos saldos negativos de Pernambuco e Paraíba e, por outro lado, o expressivo aumento em volume do saldo negativo no Ceará, todas relativas à comparação entre os períodos 1995-2000 e 2005-2010. Fato curioso é o registro bastante próximo em números dos imigrantes para a maioria das UFs, entre os dois períodos. Curioso, também, porque se acreditou, em função de indicadores do desempenho da economia regional, que a migração de retorno ao Nordeste registrara forte aumento, o que deveria estar refletido neste último censo, trazendo incrementos aos volumes de imigrantes quando comparados aos do censo anterior. Por outro lado, como já foi dito, a maior possibilidade é que os fluxos de imigração, principalmente de retorno, tenham arrefecido no final da década, fato registrado em estudo baseado na última PNAD da década (CUNHA, 2007). Além disso, é possível entender esses resultados como uma melhora na condição da Região Nordeste em reter sua população, pois, comparando com os saldos da década anterior, somente 3 UFs dentre as 9 apresentaram aumento no saldo negativo (Piauí, Ceará e Alagoas).

Tabela 7 – Volumes de imigração e emigração e saldos migratórios para as UFs do Nordeste- 1995-2000 e 2005-2010

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1995-2000			2005-2010		
	IMIGRANTES	EMIGRANTES	SALDO	IMIGRANTES	EMIGRANTES	SALDO
Maranhão	100.820	274.470	-173.650	118.423	287.673	-169.250
Piauí	88.736	140.815	-52.079	78.763	153.385	-74.622
Ceará	162.926	186.709	-23.783	122.730	195.034	-72.304
Rio Grande do Norte	77.917	71.286	6.631	73.095	59.435	13.660
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	101.835	136.945	-35.110
Pernambuco	164.872	280.289	-115.417	162.448	241.823	-79.375
Alagoas	55.967	127.949	-71.982	59.108	140.380	-81.272
Sergipe	52.109	56.931	-4.822	56.497	51.296	5.201
Bahia	250.572	518.038	-267.466	250.848	495.386	-244.538

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2000 e 2010

A Tabela 8 traz resultados interessantes sobre a dinâmica migratória interna do Nordeste. Observando os fluxos que as áreas de cada estado realizam entre si, nota-se, entre 1995-2000 e 2005-2010, a redução da migração Interior-RM ou Interior-Áreas de Capitais, resultando na diminuição do saldo negativo, com exceção apenas de Sergipe, cujo saldo negativo passou de 8.9 mil para 11 mil; e a Bahia, que de um saldo positivo de 6.7 mil pessoas, passou ao saldo negativo de 25 mil pessoas. Essas diminuições dos fluxos originados do interior para as áreas capitais estão possivelmente influenciadas tanto pelo aumento do emprego no setor de comércio e serviços do Interior, conforme Anexo 3 e 4, bem como pelo aumento da renda do trabalho naquelas regiões. A esse respeito vale ressaltar, com base no Anexo 2, a redução do diferencial de renda entre todas as áreas das UF nordestinas, comportamento que de alguma forma contribui para desencorajar a migração.

A redução dos fluxos acima destoa da dinâmica dentro de cada área das UF nordestinas. De fato, é de esperar que as trocas migratórias sejam mais intensas entre áreas mais próximas, mas no caso do Nordeste há que considerar o caráter desigual tanto do dinamismo econômico quanto dos recentes investimentos. Em Sergipe, por exemplo, a concentração no Vale do Cotin-guiba de todos os investimentos em extração mineral deve ser relacionada como uma das principais explicações tanto para a atração de migrantes internos, como também de migrantes interestaduais (OLIVEIRA, 2009).

Nas áreas metropolitanas, por sua vez, a dinâmica migratória está também relacionada com o processo de expansão urbana e, por conseguinte, da elevação do custo de vida, preço de imóveis e serviços. Tem-se, portanto, dois fatores explicativos: i) A busca por custo de vida menor custo de vida em municípios vizinhos às Capitais, este movimento executado principalmente pela população que se encontra já nos estertores de sua vida laboral, e; ii) A vinda de jovens das áreas próximas das Capitais em busca de trabalho e educação.

**Tabela 8** – Migração intra-estadual segundo Estado nordestino e dinâmica migratória interna das áreas, 1995-2000 e 2005-2010

1995-2000				2005-2010			
GRANDE SÃO LUIS				GRANDE SÃO LUIS			
ÁREA	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO	ÁREA	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO
Interior do Maranhão	20.435	60.794	-40.359	Interior do Maranhão	23.105	53.482	-30.377
Dinâmica no interior do Maranhão	197.599			Dinâmica no interior do Maranhão	260.548		
Dinâmica na Grande São Luiz	24.306			Dinâmica na Grande São Luiz	52.661		

GRANDE TERESINA			GRANDE TERESINA				
IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO		
Interior do Piauí	10.711	22.313	-11.602	Interior do Piauí	10.881	18.780	-7.899
Dinâmica no interior do Piauí	50.982			Dinâmica no interior do Piauí	80.628		
Dinâmica na Grande Teresina	9.358			Dinâmica na Grande Teresina	26.815		
RM DE FORTALEZA			RM DE FORTALEZA				
IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO		
Interior do Ceará	53.236	86.475	-33.239	Interior do Ceará	60.686	78.568	-17.882
Dinâmica no interior do Ceará	126.254			Dinâmica no interior do Ceará	208.016		
Dinâmica na RM de Fortaleza	66.297			Dinâmica na RM de Fortaleza	123.017		
GRANDE NATAL			GRANDE NATAL				
IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO		
Interior do Rio G do Norte	28.706	39.290	-10.584	Interior do Rio G do Norte	37.743	39.992	-2.249
Dinâmica no interior do Rio G do Norte	73.803			Dinâmica no interior do Rio G do Norte	108.317		
Dinâmica na Grande Natal	21.905			Dinâmica na Grande Natal	49.584		
GRANDE JOÃO PESSOA			GRANDE JOÃO PESSOA				
IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO		
Interior da Paraíba	14.511	35.129	-20.618	Interior da Paraíba	15.823	27.493	-11.670
Dinâmica no interior do Paraíba	78.423			Dinâmica no interior do Paraíba	114.632		
Dinâmica na Grande João Pessoa	18.074			Dinâmica na Grande João Pessoa	40.936		
RM DE RECIFE			RM DE RECIFE				
IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO		
Interior de Pernambuco	33.774	58.088	-24.314	Interior de Pernambuco	42.018	50.470	-8.452
Dinâmica no interior de Pernambuco	152.527			Dinâmica no interior de Pernambuco	254.197		
Dinâmica na RM de Recife	131.102			Dinâmica na RM de Recife	192.342		
GRANDE MACEIÓ			GRANDE MACEIÓ				
IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO		
Interior de Alagoas	15.819	41.433	-25.614	Interior de Alagoas	19.534	28.554	-9.020
Dinâmica no interior do Alagoas	69.734			Dinâmica no interior do Alagoas	96.236		
Dinâmica na Grande Maceió	13.265			Dinâmica na Grande Maceió	37.029		
GRANDE ARACAJU			GRANDE ARACAJU				
IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO		
Interior de Sergipe	12.126	21.084	-8.958	Interior de Sergipe	12.247	23.278	-11.031
Dinâmica no interior de Sergipe	34.656			Dinâmica no interior de Sergipe	54.545		
Dinâmica na Grande Aracaju	29.252			Dinâmica na Grande Aracaju	41.766		
RM DE SALVADOR			RM DE SALVADOR				
IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO		
Interior da Bahia	86.445	79.731	6.714	Interior da Bahia	60.199	85.562	-25.363
Dinâmica no interior da Bahia	383.948			Dinâmica no interior da Bahia	525.323		
Dinâmica na RM de Salvador	70.935			Dinâmica na RM de Salvador	185.028		

Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE

Na Tabela 9 pode-se observar a composição dos fluxos de imigração em função da origem ter sido no recorte complementar da própria UF (da área

metropolitana da capital para o interior ou vice-versa), em outras UFs do Nordeste ou em UFs de fora do Nordeste.

De modo geral, a região do interior dos estados recebe predominantemente imigrantes vindos de fora do Nordeste, com exceção do Rio Grande do Norte, cujo interior foi tributário principalmente de migrantes vindos da área da capital nos dois períodos, e de Sergipe, cujos municípios do interior receberam relativamente mais imigrantes de outras UFs do próprio Nordeste. As áreas que incluem as capitais, por sua vez, têm nos respectivos interiores a principal fonte de imigrantes, não importa o período analisado. Cabe destacar, por um lado, as altas proporções de imigrantes vindos do interior do Maranhão na Microrregião de São Luís (74% e 69% em cada um dos respectivos períodos) e, por outro, as menores proporções com origem similar encontradas na microrregião de Teresina (40% nos dois períodos). As mudanças mais expressivas entre os períodos analisados ocorreram no Ceará, onde o interior e a mesorregião de Fortaleza passaram a trocar mais migrantes entre si no período 2005-2010, e na microrregião de João Pessoa, a qual recebeu relativamente muito mais migrantes de fora da Paraíba no último período, assim como ocorreu na microrregião de Maceió, que registrou mais migrantes de fora de Alagoas do que observado no período 1995-2000.

**Tabela 9** – Composição proporcional dos fluxos de imigração dos recortes territoriais das capitais e dos respectivos interiores dos estados com relação à origem dos fluxos, 1995-2000 e 2005-2010

ÁREA DE RESIDÊNCIA	1995-2000				2005-2010			
	ÁREA DE ORIGEM				ÁREA DE ORIGEM			
	ACUF*	NE	FORA	TOTAL	ACUF*	NE	FORA	TOTAL
MA interior	20,4	23,6	56,0	100,0	19,6	20,1	60,3	100,0
Micro São Luís	74,2	7,5	18,2	100,0	69,4	10,7	20,0	100,0
Pi interior	16,1	34,4	49,5	100,0	17,7	30,5	51,9	100,0
Micro Teresina	40,3	36,3	23,4	100,0	40,3	35,3	24,4	100,0
CE interior	37,0	18,6	44,4	100,0	44,5	18,3	37,2	100,0
Meso Fortaleza	55,0	17,6	27,4	100,0	62,5	14,9	22,6	100,0
RN interior	42,5	28,5	28,9	100,0	48,6	27,8	23,5	100,0
Micro Natal	50,1	20,2	29,7	100,0	54,7	19,0	26,4	100,0
PB interior	16,8	33,8	49,4	100,0	19,2	34,6	46,3	100,0

ÁREA DE RESIDÊNCIA	1995-2000				2005-2010			
	ÁREA DE ORIGEM				ÁREA DE ORIGEM			
	ACUF*	NE	FORA	TOTAL	ACUF*	NE	FORA	TOTAL
Micro João Pessoa	53,9	22,0	24,1	100,0	43,9	27,0	29,1	100,0
PE interior	24,2	36,3	39,5	100,0	28,4	36,5	35,0	100,0
Meso Recife	49,4	21,9	28,7	100,0	47,1	23,1	29,8	100,0
AL interior	32,6	34,5	32,9	100,0	35,9	31,3	32,8	100,0
Micro Maceió	64,0	19,1	16,8	100,0	54,1	25,5	20,3	100,0
SE interior	32,3	43,7	24,0	100,0	33,3	41,3	25,4	100,0
Micro Aracaju	44,1	38,8	17,0	100,0	42,2	38,0	19,9	100,0
BA interior	23,8	17,0	59,3	100,0	23,5	16,2	60,2	100,0
Meso Salvador	63,8	12,5	23,7	100,0	60,8	14,6	24,6	100,0

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2000 e 2010

\* Área complementar da UF

## **Fluxo Migratório de Retorno Interestadual para a Região Nordeste no Período 2000-2010**

O retorno dos nordestinos que emigraram para outros Estados do Nordeste ou para o Sudeste do país, especialmente para os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, guarda marcante relação com a evolução do mercado de trabalho. Assim sendo, nessa seção procuramos caracterizar os fluxos migratórios de retorno para o Nordeste, traçar sua tendência nas últimas décadas, identificar a procedência e os destinos dos retornados, inclusive no contexto de sua Unidade da Federação (UF) de origem, e caracterizar sua participação no mercado de trabalho.

## **Tendência dos fluxos migratórios de retorno para a Região Nordeste nas quatro últimas décadas**

A mudança nas características do movimento migratório brasileiro manifesta-se, a partir da década 1970-80, no redirecionamento dos fluxos migratórios interestaduais e na expressão que começaram a adquirir os fluxos de retorno

aos estados de nascimento, os quais se intensificaram significativamente a partir da década seguinte, como se pode observar na Tabela 10 e no Gráfico 1. Conforme Lyra (2003, 2008), reduzem-se os fluxos em direção às áreas tradicionalmente receptoras e de maior desenvolvimento, situadas no Sudeste do país, enquanto crescem os fluxos em direção às áreas tradicionalmente de maior evasão e menor dinamismo econômico, especialmente a região Nordeste.

**Tabela 10** – Evolução dos fluxos migratórios de retorno interestaduais (1) para a região Nordeste segundo locais de última procedência no Brasil, 1970-1980 a 2000-2010

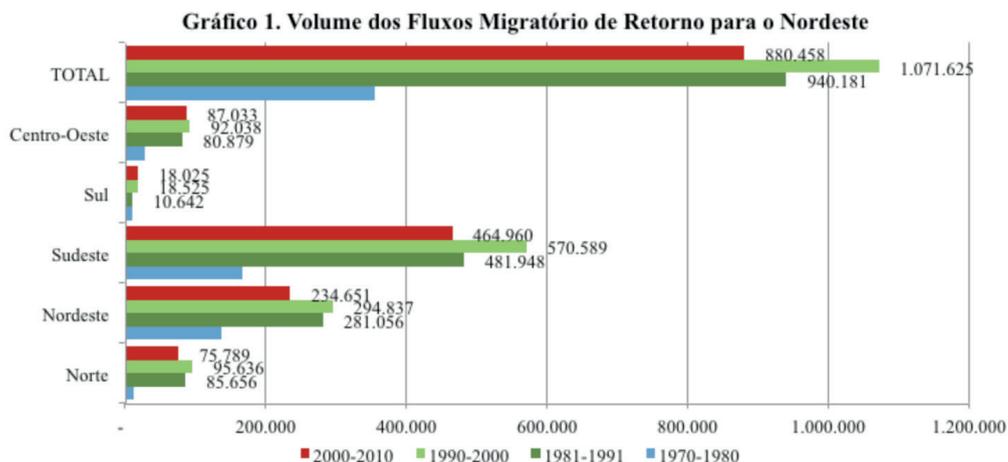
GRANDES REGIÕES E UF DE ÚLTIMA PROCEDÊNCIA	PERCENTAGEM DOS MIGRANTES DE RETORNO INTERESTADUAIS PARA A REGIÃO NORDESTE DE RESIDÊNCIA								DIFERENÇAS PERCENTUAIS		
	1970-1980		1981-1991		1990-2000		2000-2010		1970-1980/ 1981-1991	1981-1991/ 1990-2000	1990-2000/ 2000-2010
	VOLUME	%	VOLUME	%	VOLUME	%	VOLUME	%			
<b>NORTE</b>	<b>12.753</b>	<b>3,6</b>	<b>85.656</b>	<b>9,1</b>	<b>95.636</b>	<b>8,9</b>	<b>75.789</b>	<b>8,6</b>	<b>571,7</b>	<b>11,7</b>	<b>-20,8</b>
Maranhão	14.103	4,0	35.916	3,8	29.685	2,8	19.997	2,3	154,7	-17,3	-32,6
Piauí	12.385	3,5	23.087	2,5	28.515	2,7	20.262	2,3	86,4	23,5	-28,9
Ceará	13.770	3,9	25.810	2,7	30.321	2,8	24.842	2,8	87,4	17,5	-18,1
Rio Grande do Norte	9.545	2,7	22.968	2,4	21.290	2,0	17.535	2,0	140,6	-7,3	-17,6
Paraíba	16.901	4,8	27.797	3,0	31.681	3,0	26.196	3,0	64,5	14,0	-17,3
Pernambuco	26.201	7,4	50.082	5,3	59.329	5,5	46.982	5,3	91,1	18,5	-20,8
Alagoas	14.154	4,0	24.593	2,6	28.536	2,7	20.509	2,3	73,8	16,0	-28,1
Sergipe	5.968	1,7	15.310	1,6	19.501	1,8	17.276	2,0	156,5	27,4	-11,4
Bahia	23.773	6,7	55.493	5,9	45.979	4,3	41.052	4,7	133,4	-17,1	-10,7
<b>NORDESTE</b>	<b>136.800</b>	<b>38,6</b>	<b>281.056</b>	<b>29,9</b>	<b>294.837</b>	<b>27,5</b>	<b>234.651</b>	<b>26,7</b>	<b>105,5</b>	<b>4,9</b>	<b>-20,4</b>
Minas Gerais	10.917	3,1	23.888	2,5	28.285	2,6	32.186	3,7	118,8	18,4	13,8
Espírito Santo	2.814	0,8	9.221	1,0	14.673	1,4	13.498	1,5	227,7	59,1	-8,0
Rio de Janeiro	45.867	12,9	110.680	11,8	99.618	9,3	82.585	9,4	141,3	-10,0	-17,1
São Paulo	107.093	30,2	338.159	36,0	428.013	39,9	336.691	38,2	215,8	26,6	-21,3
<b>SUDESTE</b>	<b>166.691</b>	<b>47,0</b>	<b>481.948</b>	<b>51,3</b>	<b>570.589</b>	<b>53,2</b>	<b>464.960</b>	<b>52,8</b>	<b>189,1</b>	<b>18,4</b>	<b>-18,5</b>
<b>SUL</b>	<b>9.844</b>	<b>2,8</b>	<b>10.642</b>	<b>1,1</b>	<b>18.525</b>	<b>1,7</b>	<b>18.025</b>	<b>2,0</b>	<b>8,1</b>	<b>74,1</b>	<b>-2,7</b>
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>28.479</b>	<b>8,0</b>	<b>80.879</b>	<b>8,6</b>	<b>92.038</b>	<b>8,6</b>	<b>87.033</b>	<b>9,9</b>	<b>184,0</b>	<b>13,8</b>	<b>-5,4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>354.567</b>	<b>100,0</b>	<b>940.181</b>	<b>100,0</b>	<b>1.071.625</b>	<b>100,0</b>	<b>880.458</b>	<b>100,0</b>	<b>165,2</b>	<b>14,0</b>	<b>-17,8</b>

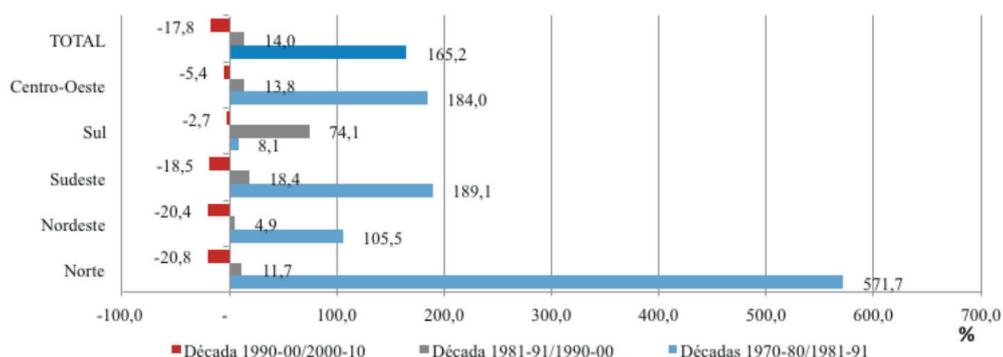
Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2000 a 2010

O fluxo migratório de retorno para o Nordeste adquire maior expressão na década de 1980, não somente porque cresce 165,2% em relação ao fluxo de retorno da década anterior, mas por envolver um volume de mais de 940 mil retornados, evidenciando o fenômeno no contexto nacional. Como apontam Cunha e Baeninger (2000, 2005) e Lyra (2003), o impacto da crise econômica que se instala no país desde meados da década de 1970,

especialmente no mercado de trabalho do Sudeste – destino principal dos fluxos migratórios nordestinos - contribuiu significativamente para o aumento da migração de retorno para a região Nordeste. Mais da metade deste fluxo de retorno na década de 1981-91 procede do Sudeste (482 mil retornados), oriundos, na sua maioria, do Estado de São Paulo (338 mil).

Vale destacar o movimento de retorno que se observa entre as Unidades da Federação (UF) da própria Região Nordeste, que cresce 105,5% entre as décadas 1970-80 e 1981-91, envolvendo mais de 280 mil retornados. (Tabela 10 e Gráficos 1 e 2, baseados na referida tabela). A Região Norte, por sua vez, com menos de 10% do total do fluxo de migrantes de retorno para o Nordeste, se destaca pelo acréscimo em 571,7% do seu fluxo de retornados para aquela região, em relação à década anterior. O Maranhão absorve grande parte desse fluxo de retorno, atraído pela expansão industrial do Estado, oriundo da indústria extrativa mineral (15,9% a.a.) e da construção civil (14,6% a.a.), refletindo a forte concentração de investimentos públicos e privados envolvidos na instalação dos grandes projetos - Companhia Vale do Rio Doce e Alumar. (HOLANDA, 2008).



**Gráfico 2. Diferença Percentual dos Fluxos Migratórios de Retorno para o Nordeste**

Na década de 1990, a migração de retorno se intensifica, crescendo 14% em relação ao decênio anterior e ampliando o volume de retornados para mais de 1 milhão. Já na última década de 2000, os fluxos de migração de retorno interestaduais dos diversos Estados do país para a região Nordeste, reduzem seu crescimento em -17,8% em relação à década de 1990. Nesse período, todas as UF, à exceção do Estado de Minas Gerais, bem como todas as regiões do país, apresentam redução do fluxo de retorno para o Nordeste.

É o Sudeste quem mais contribui para o incremento do fluxo de migrantes de retorno para o Nordeste na década de 1990, com 571 mil retornados, bem como para a redução desse fluxo (465 mil), na década seguinte, mantendo a sua participação no fluxo total de retorno para o Nordeste, em ambas as décadas, em torno de 53%. O Estado de São Paulo, que historicamente alimenta este fluxo de retornados com cerca de 3/4 do fluxo procedente do Sudeste, reduz sua participação de 40% para 38% no total dos migrantes de retorno nordestinos.

Tal redução se dá em um momento de crescimento econômico do Nordeste, ou mais precisamente, de alguns estados nordestinos que se destacam no contexto da região. Dados do Ministério do Trabalho apontam para um crescimento da criação de empregos formais de 10,1% no Estado do Maranhão e de 9,6% no Estado de Pernambuco (jun/2010-jun/2011). Nesse mesmo período, a criação desses empregos no Nordeste e no Brasil cresce a 6,9% e 6,2%, respectivamente. O Estado do Maranhão cuja dinâmica econômica tem no setor exportador um dos vetores impulsionadores desse crescimento, tem como principais componentes de exportação os produtos de ferro e de alumínio, além de soja em grão. (MARANHÃO, 2011) Em Pernambuco, o notável impacto do Complexo Industrial Portuário de Suape contribuiu para elevar o crescimento econômico do Estado, com reflexo

no PIB estadual que, atingiu 9,3%, em 2010, superando a média regional de 8,3% e a média nacional de 7,5%, e bem acima do PIB apresentado no mesmo período do ano anterior, quando atingiu 5,2% em função dos reflexos da crise econômica internacional<sup>5</sup>.

O detalhamento da procedência e destino dos fluxos de retorno para o Nordeste, apresentado a seguir.

### **Procedência e destino dos migrantes de retorno para o Nordeste no período 2000-2010**

O destaque do estado de São Paulo como origem de migrantes de retorno para a Bahia (52,8%), Alagoas (43,3%) e Pernambuco (42,6%), bem como dos fluxos de retornados do Rio de Janeiro que se destinam a Paraíba (23,4%), Rio Grande do Norte (14,9%) e Ceará (13,5%), evidenciam a vinculação desses espaços de troca migratória e a existência de redes sociais formadas ao longo do tempo, que, como afirmam Fusco e Duarte (2010, p.9),

*Constituem um fator importante de direcionamento para os coletivos que, desenraizados, decidem por destinos que proporcionem precisos recursos que lhes facilitam a acomodação dos migrantes em seu novo destino: um local de acolhimento temporário, informações sobre emprego e habitação, por exemplo, são alguns dos benefícios que um migrante considera em sua escolha.*

No contexto interno da própria região, predominam os fluxos de migração de retorno interestaduais dos estados nordestinos receptores de população para seus estados vizinhos. É o caso dos retornados de Pernambuco, com destino a Paraíba (14,3%) e Alagoas (17,1%); dos migrantes de retorno da Bahia com destino a Sergipe (31,2%) e Pernambuco (10,3%); aqueles que retornam do Maranhão, com destino ao Piauí (15,6%) e os retornados do Ceará com destino ao Rio Grande do Norte (9,5%). Nesse caso, demonstram a atração que as aglomerações urbanas de maior porte exercem sobre as populações dos estados vizinhos (além, é claro, dos habitantes do interior dos respectivos estados) sobre as pessoas que decidem emigrar (FUSCO; DUARTE, 2010) (Tabela 11).

---

5 Divulgado ontem pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem) em <http://www.folhape.com.br/index.php/caderno-economia/624306-pib-do-estado-fica-em-93-em-2010>

Tabela 11

Grandes regiões e UFs de última procedência		Porcentagem dos migrantes de retorno interestaduais para os estados nordestinos de residência atual										NORDESTE	
		Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Abs.	%	
<b>NORDE</b>		<b>43,1</b>	<b>7,1</b>	<b>9,9</b>	<b>5,1</b>	<b>2,6</b>	<b>3,4</b>	<b>1,8</b>	<b>2,0</b>	<b>2,6</b>	<b>75.789</b>	<b>8,6</b>	
Maranhão		0	15,6	3,7	1,2	1,1	1,1	0,6	0,8	0,4	19.997	2,3	
Piauí		9,9	0	4,4	0,4	0,8	1,4	0,1	0,2	1,0	20.262	2,3	
Ceará		3,0	0	0	9,5	3,3	4,3	1,6	0,5	1,2	24.842	2,8	
Rio Grande do Norte		0,4	0,5	3,6	0	8,3	2,1	0,9	0,6	0,5	17.535	2,0	
Paraíba		0,8	0,5	2,8	13,0	0	9,0	1,2	0,6	0,8	26.196	3,0	
Pernambuco		1,4	3,8	5,4	6,9	14,3	0	17,1	3,0	4,2	46.982	5,3	
Alagoas		0,1	0,2	0,7	1,3	1,0	8,7	0	9,6	1,1	20.509	2,3	
Sergipe		0,2	0,3	0,3	0,8	0,4	1,2	9,0	0	4,1	17.276	2,0	
Bahia		1,5	2,7	4,2	2,7	3,0	10,3	6,8	31,2	0	41.052	4,7	
<b>NORDESTE</b>		<b>17,5</b>	<b>29,9</b>	<b>25,2</b>	<b>35,7</b>	<b>32,3</b>	<b>38,1</b>	<b>37,4</b>	<b>46,6</b>	<b>13,3</b>	<b>234.651</b>	<b>26,7</b>	
Minas Gerais		2,4	2,2	2,7	3,1	1,2	2,2	3,2	2,9	7,4	32.186	3,7	
Espírito Santo		0,2	0,2	0,5	0,5	0,2	0,4	0,6	0,4	5,0	13.498	1,5	
Rio de Janeiro		4,2	3,2	13,5	14,9	23,4	7,0	4,9	7,9	7,0	82.585	9,4	
São Paulo		12,2	35,8	36,3	28,9	32,0	42,6	43,3	34,0	52,8	336.691	38,2	
<b>SUDESTE</b>		<b>18,9</b>	<b>41,3</b>	<b>53,0</b>	<b>47,4</b>	<b>56,8</b>	<b>52,2</b>	<b>52,1</b>	<b>45,3</b>	<b>72,2</b>	<b>464.960</b>	<b>52,8</b>	
SUL		1,5	1,4	2,5	2,8	1,7	2,0	2,2	2,0	2,2	18.025	2,0	
<b>CENTRO OESTE</b>		<b>18,9</b>	<b>20,3</b>	<b>9,4</b>	<b>9,1</b>	<b>6,6</b>	<b>4,4</b>	<b>6,5</b>	<b>4,2</b>	<b>9,7</b>	<b>87.033</b>	<b>9,9</b>	
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		100,0	
Abs.		96.607	68.354	124.781	50.887	91.154	138.566	54.099	33.472	222.538	880.458		
%		11,0	7,8	14,2	5,8	10,3	15,8	6,1	3,8	25,3	100,0		

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2010

segundo UFs de residência anterior e UF atual diferente da UF anterior. Excluído os Ignorados, Não sabe a UF e País estrangeiro.

## ***Os espaços nordestinos de maior receptividade dos retornados***

Na perspectiva de destacar a expressividade dos espaços do território nordestino de maior receptividade dos retornados, a Tabela 12 identifica os espaços intraestaduais no movimento de ida para o interior do Estado ou para a Região Metropolitana ou Microrregião da capital, bem como o retorno ao município de origem, ou a outro município de sua UF de residência.

No quadro do território nordestino, constata-se que ao retornarem os migrantes dirigem-se, na sua maioria, para os municípios de origem (58,5%). Comparando esse resultado com os das três regiões metropolitanas, o Estado do Ceará destacou-se com 64,7%, bem acima da sua região, seguidos da Bahia 56,9% e Pernambuco 55,7%. (Tabela 12).

As três regiões metropolitanas do Nordeste, apresentam uma proporção praticamente equivalentes, em torno de 50%, daqueles que se dirigiram para os municípios de origem e aqueles que foram para outros municípios que não de nascimento. Exceto a Região Metropolitana de Fortaleza, onde os maiores volumes de retornados são encontrados no município de origem (51,8%), embora seja a metrópole que apresenta a maior taxa de participação dos retornados no mercado de trabalho (72,3%). Nas RM's de Salvador e Recife, os volumes dos retornados apresentam uma pequena vantagem percentual para os municípios de não-origem. O surgimento de polos econômicos tem evidenciado a tendência de crescimento de localidades com potencial de atração populacional, no interior dessas regiões. Observa-se no detalhamento da microrregião de Suape, em Pernambuco, que cerca de 60% dos retornados não tiveram como destino seus municípios de origem, o que pode indicar a atração dos empregos do Complexo Industrial Portuário de Suape sobre este fluxo migratório. Contudo, a taxa de participação dos retornados no mercado de trabalho da RM de Recife é a menor das metrópoles nordestinas (69,7%).

Tabela 12						
Fluxos migratórios de retorno interestaduais para os Estados nordestinos de residência atual. 2000-2010						
Estados e regiões selecionadas	Migrantes de retorno interestaduais do Nordeste					Taxa de participação no mercado de trabalho (3) (%)
	Volume	%	Origem (1)	Outros (2)	%	
Interior	76.754	79,4	53,1	46,9	100,0	61,62
Grande São Luís	19.853	20,6	44,9	55,1	100,0	72,17
Maranhão	96.607	100,0	51,6	48,4	100,0	63,54
Interior do Piauí	46.454	68,0	71,9	28,1	100,0	59,61
Grande Teresina	21.900	32,0	56,6	43,4	100,0	73,94
Piauí	68.354	100,0	67,3	32,7	100,0	64,04
Interior	83.324	66,8	70,2	29,8	100,0	61,45
RM Fortaleza	41.457	33,2	51,8	48,2	100,0	72,29
Ceará	124.781	100,0	64,7	35,3	100,0	64,74
Interior	28.670	56,3	57,6	42,4	100,0	58,62
Grande Natal	22.217	43,7	43,8	56,2	100,0	68,13
Rio Grande do Norte	50.887	100,0	52,6	47,4	100,0	62,32
Interior	65.815	72,2	70,4	29,6	100,0	57,20
Grande João Pessoa	25.339	27,8	40,9	59,1	100,0	68,77
Paraíba	91.154	100,0	62,8	37,2	100,0	60,04
Interior	77.893	56,2	59,8	40,2	100,0	60,20
RM Recife	60.673	43,8	48,7	51,3	100,0	69,69
Pernambuco	138.566	100,0	55,7	44,3	100,0	63,45
Interior	33.426	61,8	61,6	38,4	100,0	51,80
Grande Maceió	20.673	38,2	55,2	44,8	100,0	66,53
Alagoas	54.099	100,0	59,4	40,6	100,0	57,02
Interior	15.485	46,3	68,3	31,7	100,0	60,49
Grande Aracaju	17.987	53,7	48,1	51,9	100,0	70,65
Sergipe	33.472	100,0	59,2	40,8	100,0	64,99
Interior	176.397	79,3	58,8	41,2	100,0	65,16
RM Salvador	46.141	20,7	48,6	51,4	100,0	71,60
Bahía	222.538	100,0	56,9	43,1	100,0	66,31
NORDESTE	880.458		58,5	41,5	100,0	63,67

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2010

Chamadas: (1) Migrantes de retorno para a origem correspondem aos retornados para o município de nascimento; (2) Migrantes de retorno para "outros" correspondem aos retornados para outros município da UF de residência; (3) Taxa de participação no mercado de trabalho são os migrantes de retorno que estão trabalhando ou procurando emprego pelos migrantes de retorno em idade ativa de 15 a 69 anos.

Algumas microrregiões onde de inserem as capitais dos Estados, invertiram as suas participações relativas de migração de retorno para a origem em relação ao interior do Estado. As microrregiões de João Pessoa, Natal, Aglomeração Urbana de São Luís e Aracaju, apresentaram-se mais expressivos em relação ao fluxo de migrantes de retorno que se dirigiram para outros municípios. Na medida em que a decisão de migrar pode está associada às oportunidades de trabalho, o retorno a “outros” municípios da própria UF, pode expressar incremento do fluxo dos migrantes de retorno atraídos pela dinâmica da econômica do local de destino.

Os maiores volumes de retornados para os municípios de origem foram apresentados pelo Piauí, Paraíba e Ceará, que participaram com percentuais acima de 70%. Isto possivelmente refletiu uma intensificação do ingresso, na região, de grupos familiares de migrantes nordestinos que retornaram ao seu Estado de nascimento, trazendo cônjuges, filhos e outros agregados, oriundos dos Estados de procedência. O retorno ao município de origem é considerado como retorno à “residência base” na perspectiva de Domenach e Picouet (1990) uma vez que reforça a condição de primeira residência, da residência do local de nascimento, quando os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno mais elevada.

*Trabalho e família* constituem-se duas questões chaves para o processo de migração de retorno. Este entendimento é reforçado por Scott (1984), que destaca entre as razões mais fortes que fazem com que tantos migrantes voltem a enfrentar as mesmas condições que deixaram: a exclusão da maioria dos migrantes de retorno da força de trabalho ocupada durante a sua estada fora; e a família, mais especificamente, a unidade doméstica, pela qual o migrante sente ligação e que se constitui como o seu veículo de sobrevivência na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração no Nordeste, pelos elementos acima apresentados, apresenta um interessante campo de pesquisa social. A recente dinâmica evidenciou a manutenção do Sudeste, especialmente São Paulo, como o principal destino dos migrantes inter-regionais. No entanto, dentro da própria região nordestina o recente dinamismo econômico, a influência das políticas públicas de transferência de renda parecem ter influência na decisão de migrar. A retomada da busca pelos grandes centros, o retorno à região e a intensificação da

migração entre as grandes áreas de cada UF devem agora ser explicadas sob a luz dos elementos, novos e outros nem tanto, trazidos resumidamente aqui.

No âmbito dos domicílios, observa-se que a renda do trabalho perde importância relativa para as rendas de transferências. A maior autonomia dos municípios em contratar mão-de-obra, a redução no diferencial regional de renda e a expansão do setor de comércio e serviços são fatores que merecem sempre consideração em estudos migratórios. Por outro lado, vale ressaltar ainda a penúria vivida pelos ocupados no setor primário nordestino, atividade que ocupa quase 40% dos trabalhadores do interior, mas que ainda não recebe a atenção suficiente para atenuar o profundo e quase inalterado nível de desigualdade regional.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto Rodrigues. Descentralização fiscal: revendo ideias. 1994. Disponível em <[www.bndes.gov.br/clientes/federativo/bf\\_bancos/e0000292.pdf](http://www.bndes.gov.br/clientes/federativo/bf_bancos/e0000292.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2008.
- ANDRADE, Manoel Correa de. A terra e o Homem no Nordeste. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 4ª Ed. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1998
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COELHO, Jorge. As secas do Nordeste e a indústria das secas. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CUNHA, José M. P. e BAENINGER, R. A. Cenários da migração no Brasil dos anos 90. In: Caderno CRH, v. 18, n. 43, p. 87-101, Jan./Abr. 2005.
- \_\_\_\_\_. A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. Taller nacional sobre Migração interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas. Celade/BID/Cepal, 2007. Disponível em: <[www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/RHakkert.pdf](http://www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/RHakkert.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2008.
- DOMENACH, Hervé; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad em El estudio de la migración In Notas de Poblacion. Santiago do Chile, CELADE, 1990, no. 49
- FUSCO, Wilson; DUARTE, Renato. Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes In XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú- MG – Brasil, 2010
- GOMES, Gustavo. M. Velhas secas em novos sertões: Continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

HALKKERT, Ralph; MARTINE, George. Tendência migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Taller nacional sobre Migração interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas. Celade/BID/Cepal, 2007. Disponível em: < [www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/RHakkert.pdf](http://www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/RHakkert.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2008.

HOLANDA, Felipe de. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos In Cadernos IMESC, 4. São Luís: IMESC, 2008. 42 p.

IBGE. Contas nacionais trimestrais. Indicadores de volume e valores correntes, 2011

LYRA, Maria Rejane S. B. O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco - São Paulo - Pernambuco. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas (SP), 2003

\_\_\_\_\_ Fluxo migratório para a Região Metropolitana do Recife no período 1990-2000. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles/IPPUR-UFRJ, 2008 [<http://web.observatoriodasmetrosoles.net/>]

OLIVEIRA, Kleber. Fernandes de. Demografia da pobreza em Sergipe: Migração, renda e informações municipais a partir de 1980. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de doutoramento). IFCH, Departamento de Demografia, 2009.

SCOTT, Russel Parry. Migrações interregionais e estratégias domésticas. Relatório de Pesquisa. Recife, UFPE, 1984.

VILLA, Marco. A. Vida e morte no sertão: Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

Anexo I: Distribuição setorial do ocupados, segundo grandes áreas das UF nordestinas, 2000 e 2010											
Área	2000						2010				
	Distribuição dos ocupados (%)						Distribuição dos ocupados (%)				
	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústria	Comércio e serviços	Administração pública	Outros serviços	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústria	Comércio e serviços	Administração pública	Outros serviços	
Interior do Maranhão	54,3	10,3	18,6	10,0	6,8	42,1	13,2	23,2	14,2	7,3	
Grande São Luis	4,6	18,0	41,3	20,9	15,2	3,4	19,7	42,8	20,6	13,5	
Interior do Piauí	49,9	12,4	18,7	12,0	7,0	41,4	14,0	21,0	15,8	7,8	
Grande Teresina	12,4	18,6	35,1	20,8	13,1	9,5	17,9	37,9	22,1	12,6	
Interior do Ceará	44,2	15,1	20,5	12,1	8,1	36,7	17,1	23,5	14,7	8,1	
RM Fortaleza	3,7	25,4	41,2	16,1	13,6	2,8	26,3	42,3	16,7	11,9	
Interior do R G do Norte	33,4	16,3	23,7	17,2	9,3	26,0	19,5	28,1	17,9	8,5	
Grande Natal	2,1	18,9	43,0	23,0	12,9	1,2	19,4	44,7	23,7	11,0	
Interior da Paraíba	40,6	14,3	22,0	14,9	8,2	34,8	16,1	24,3	17,3	7,5	
Grande João Pessoa	3,8	19,4	39,2	24,2	13,5	2,7	19,4	39,7	25,6	12,6	
Interior de Pernambuco	42,3	14,8	23,6	11,6	7,7	35,7	18,9	24,5	13,9	7,1	
RM Recife	2,0	18,8	45,7	19,5	14,0	2,0	18,7	46,5	20,7	12,2	
Interior de Alagoas	52,7	10,2	17,5	12,7	7,0	43,5	13,6	20,7	15,5	6,6	
Grande Maceió	5,0	16,7	41,3	22,7	14,3	3,1	18,0	42,4	22,6	13,9	
Interior de Sergipe	42,1	14,5	22,4	13,1	7,8	39,2	16,9	22,2	14,7	6,9	
Grande Aracaju	2,8	18,2	42,4	23,0	13,6	2,8	18,5	42,7	23,7	12,4	
Interior da Bahia	42,1	13,2	23,9	12,0	8,9	37,0	14,7	25,5	14,2	8,5	
RM Salvador	1,4	19,4	44,8	19,0	15,3	6,4	20,3	41,3	19,2	12,8	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010

**Anexo 2: Renda média por setores de atividade, segundo grandes áreas das UF nordestinas, 2000 e 2010**

Área	2000										2010					Relação Áreas metropolitanas/Interior	
	Renda por setor (Maio/2012=100)					Renda por setor (Maio/2012=100)					Total	Administração pública	Outros serviços	Comércio e serviços	Administração pública	Total	
	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústria	Comércio e serviços	Administração pública	Outros serviços	Total	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústria	Comércio e serviços	Administração pública							Outros serviços
Interior do Maranhão	311,40	596,22	865,44	779,22	282,59	541,46	389,62	725,19	916,16	1.016,41	353,94	711,16				2,13	1,88
Grande São Luís	639,92	1.058,36	1.250,95	1.643,24	474,20	1.155,33	776,68	1.152,49	1.258,39	2.227,03	589,22	1.339,63					
Interior do Piauí	284,27	497,65	782,80	705,50	263,74	505,54	340,11	675,84	840,96	1.080,99	340,79	693,38				1,99	1,77
Grande Teresina	467,20	801,22	1.104,76	1.557,59	464,47	1.007,43	507,19	893,45	1.198,09	2.101,83	501,76	1.227,70					
Interior do Ceará	301,06	465,19	785,86	742,39	267,14	526,00	329,40	572,43	786,31	991,41	314,01	629,57				2,23	2,00
RM Fortaleza	477,92	878,60	1.374,47	1.768,15	567,12	1.174,08	713,16	962,15	1.305,72	2.143,90	592,58	1.259,67					
Interior do R G do Norte	411,98	624,32	880,99	739,21	331,98	644,78	446,57	801,73	886,82	1.108,80	404,15	799,78				2,13	1,92
Grande Natal	943,13	1.151,00	1.427,45	1.889,16	662,23	1.372,18	1.288,15	1.279,03	1.394,74	2.420,67	647,81	1.534,73					
Interior da Paraíba	322,22	604,75	834,86	790,09	323,13	607,70	370,18	639,10	877,53	1.126,00	370,83	740,97				1,96	1,95
Grande João Pessoa	654,68	998,97	1.186,38	1.792,67	539,70	1.192,89	747,84	1.083,89	1.396,86	2.247,53	600,40	1.444,97					
Interior de Pernambuco	391,58	668,84	924,30	834,19	377,84	662,17	462,62	706,16	900,36	1.153,97	418,74	756,24				2,02	1,82
RM Recife	866,69	1.214,88	1.397,69	1.858,27	644,25	1.337,40	884,54	1.264,62	1.317,59	2.100,35	581,03	1.376,42					
Interior de Alagoas	352,07	679,20	792,19	691,35	296,06	546,46	415,29	737,11	805,03	991,19	367,85	691,85				2,24	1,91
Grande Maceió	1.128,03	1.099,32	1.255,19	1.735,16	490,45	1.222,23	950,90	1.089,01	1.240,21	2.172,60	539,93	1.322,56					
Interior de Sergipe	329,44	519,44	709,29	684,84	307,52	512,14	355,34	659,24	796,50	1.073,71	354,90	656,04				2,52	2,28
Grande Aracaju	1.055,70	1.242,05	1.315,90	1.738,59	556,34	1.289,74	1.279,81	1.378,53	1.265,74	2.485,63	580,69	1.494,68					
Interior da Bahia	393,91	684,12	942,14	860,43	337,44	650,44	440,75	761,12	951,09	1.915,79	388,72	774,50				2,12	1,77
RM Salvador	965,14	1.391,67	1.475,64	1.783,01	633,46	1.381,45	496,01	1.361,99	1.347,25	2.123,15	580,08	1.372,90					

Anexo 3: Taxa de desocupação segundo grandes áreas das UF nordestinas, 2000 e 2010			
Área	Taxa de desocupação		Variação percentual na taxa de desocupação (2010/2000)
	2000	2010	
Interior do Maranhão	9,2	7,6	-17,5
Grande São Luis	21,4	11,9	-44,6
Interior do Piauí	8,1	7,0	-12,8
Grande Teresina	15,5	9,3	-39,7
Interior do Ceará	10,3	7,3	-28,6
RM Fortaleza	17,2	8,2	-52,7
Interior do R G do Norte	15,7	9,8	-37,3
Grande Natal	17,9	10,1	-43,5
Interior da Paraíba	12,3	7,9	-35,8
Grande João Pessoa	19,5	10,3	-47,2
Interior de Pernambuco	14,3	8,8	-38,2
RM Recife	23,4	13,8	-41,1
Interior de Alagoas	14,0	9,5	-32,5
Grande Maceió	23,5	12,5	-46,6
Interior de Sergipe	13,0	9,0	-30,7
Grande Aracaju	22,0	11,9	-46,0
Interior da Bahia	15,9	9,6	-39,6
RM Salvador	25,2	13,5	-46,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

Anexo 4: Renda média por fontes, domiciliar e domiciliar per capita segundo grandes áreas das UF nordestinas, 2000 e 2010											
Área		2000					2010				
		Renda média por fonte (Maio/2012=100)					Renda média por fonte (Maio/2012=100)				
		Trabalho	Transferências	Ativos	Domiciliar	Domiciliar per capita	Trabalho	Transferências	Ativos	Domiciliar	Domiciliar per capita
Interior do Maranhão	RS	649,11	161,59	35,70	846,40	228,17	798,24	374,52	54,64	1.227,40	378,65
	% do total	76,7	19,1	4,2	100,0		65,0	30,5	4,5	100,0	
Grande São Luis	RS	1.724,48	383,88	72,07	2.180,43	604,70	2.194,12	497,63	227,46	2.919,21	935,28
	% do total	79,1	17,6	3,3	100,0		75,2	17,0	7,8	100,0	
Interior do Piauí	RS	595,17	225,54	32,95	853,66	241,27	740,46	449,32	55,98	1.245,76	412,90
	% do total	69,7	26,4	3,9	100,0		59,4	36,1	4,5	100,0	
Grande Teresina	RS	1.536,10	405,75	97,29	2.039,14	559,12	1.974,70	579,54	228,42	2.782,66	904,76
	% do total	75,3	19,9	4,8	100,0		71,0	20,8	8,2	100,0	
Interior do Ceará	RS	600,70	234,34	36,88	871,91	252,42	699,08	431,64	63,26	1.193,98	406,74
	% do total	68,9	26,9	4,2	100,0		58,6	36,2	5,3	100,0	
RM Fortaleza	RS	1.733,56	465,46	91,07	2.290,09	668,69	1.982,99	532,83	230,30	2.746,12	956,41
	% do total	75,7	20,3	4,0	100,0		72,2	19,4	8,4	100,0	
Interior do R G do Norte	RS	713,01	268,37	40,30	1.021,68	294,82	941,28	451,49	76,96	1.469,73	491,17
	% do total	69,8	26,3	3,9	100,0		64,0	30,7	5,2	100,0	
Grande Natal	RS	2.060,03	669,85	117,18	2.847,06	853,82	2.431,92	804,63	309,73	3.546,28	1.269,87
	% do total	72,4	23,5	4,1	100,0		68,6	22,7	8,7	100,0	
Interior da Paraíba	RS	678,63	269,02	36,58	984,23	297,93	827,06	471,68	74,93	1.373,67	473,96
	% do total	69,0	27,3	3,7	100,0		60,2	34,3	5,5	100,0	
Grande João Pessoa	RS	1.707,99	581,66	91,96	2.381,62	721,06	2.165,70	676,29	301,84	3.143,83	1.133,81
	% do total	71,7	24,4	3,9	100,0		68,9	21,5	9,6	100,0	
Interior de Pernambuco	RS	746,65	246,25	39,73	1.032,62	304,60	878,74	406,11	69,86	1.354,72	464,12
	% do total	72,3	23,8	3,8	100,0		64,9	30,0	5,2	100,0	
RM Recife	RS	1.738,77	546,73	107,44	2.392,94	755,84	1.900,74	676,19	392,15	2.969,08	1.098,27
	% do total	72,7	22,8	4,5	100,0		64,0	22,8	13,2	100,0	
Interior de Alagoas	RS	597,01	185,50	31,93	814,44	230,31	710,21	397,08	48,26	1.155,55	376,44
	% do total	73,3	22,8	3,9	100,0		61,5	34,4	4,2	100,0	
Grande Maceió	RS	1.628,93	480,65	104,59	2.214,16	668,06	1.903,70	670,97	286,11	2.860,77	988,61
	% do total	73,6	21,7	4,7	100,0		66,5	23,5	10,0	100,0	
Interior de Sergipe	RS	629,95	194,03	30,51	854,49	257,93	790,12	374,85	55,17	1.220,14	418,77
	% do total	73,7	22,7	3,6	100,0		64,8	30,7	4,5	100,0	
Grande Aracaju	RS	1.797,35	532,44	102,96	2.432,75	723,92	2.214,02	718,72	336,13	3.268,87	1.165,80
	% do total	73,9	21,9	4,2	100,0		67,7	22,0	10,3	100,0	
Interior da Bahia	RS	806,65	221,43	45,09	1.073,17	319,53	956,03	397,69	92,84	1.446,56	509,79
	% do total	75,2	20,6	4,2	100,0		66,1	27,5	6,4	100,0	
RM Salvador	RS	1.984,16	484,15	120,28	2.588,59	855,04	1.996,24	563,29	320,67	2.880,20	1.096,56
	% do total	76,7	18,7	4,6	100,0		69,3	19,6	11,1	100,0	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010